

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

## PATRIMÔNIO CULTURAL, EDUCAÇÃO E RECONHECIMENTO NAS AÇÕES DO MUSEU DO PATRIMÔNIO VIVO DA GRANDE JOÃO PESSOA

Flávia Paloma Cabral Borba

Universidade Federal da Paraíba

palomacborba@gmail.com

**Resumo:** O trabalho em tela propõe um diálogo entre o campo da educação e do patrimônio histórico-cultural, colocando em discussão a aproximação da Teoria do Reconhecimento com os aspectos político-educacionais próprios dos museus comunitários, levando em consideração o contexto do Museu do Patrimônio Vivo da Grande João Pessoa como espaço de práticas pedagógicas socialmente engajadas e comprometidas com a emancipação dos sujeitos em territórios periféricos urbanos.

**Palavras-chave:** Patrimônio imaterial, Educação, Teoria do Reconhecimento.

### INTRODUÇÃO

A dimensão do patrimônio histórico-cultural teve um considerável protagonismo no campo pedagógico, sobretudo entre os anos de 1990 e 2010. Um exemplo está na consolidação da Educação Patrimonial enquanto um campo múltiplo de ação indissociável dos processos de construção de memória e patrimonialização da cultura. Esses processos caminharam de mãos dadas também no que se refere às representações museais pautadas na integração dos sujeitos em sua mais ampla diversidade no processo de construção da memória coletiva.

Dessa forma, os museus comunitários apareceram como uma resposta aos debates para a dinamização dos museus como espaços à serviço da sociedade e seu desenvolvimento, sobretudo enquanto política pública, que articulando elementos da memória e da identidade se colocam em prol do fortalecimento de grupos historicamente desfavorecidos, inaugurando um importante espaço didático, com práticas pedagógicas socialmente engajadas e

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

comprometidas com a emancipação dos sujeitos de um determinado território, que tem como parâmetro suas próprias vivências e referências culturais.

Segundo Ferreira (2010), essa aproximação da educação com o patrimônio histórico-cultural é basilar para conexões passado-presente em que o patrimônio imaterial passa a ser um vetor de produção do conhecimento. Trata-se, portanto, de um processo dinâmico e complexo, compreendido a partir de uma multiplicidade de campos teóricos onde a memória e a identidade assumem não só um importante conjunto de elementos histórico-sociais, como agregam em seu escopo elementos de natureza política e educacional.

Assim, o diálogo parte do que está posto na literatura da Museologia Social que discute a atuação dos museus comunitários como potenciais redes de afirmação de identidades locais, em que associa o carisma pedagógico dos museus à atuação sócio-política das pessoas e suas memórias coletivas. Em outros termos, sendo os museus, por definição da lei federal n. 11.904 (2009), espaços de estudo, pesquisa e educação a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento, os museus comunitários, na perspectiva da Museologia Social, “desloca seu foco do objeto para o homem, considerando-o como sujeito produtor de suas referências culturais, e engajada nos problemas sociais, de uma forma integral, das comunidades a que serve o museu” (TOLENTINO; FRANCH, 2017, p. 85).

Vale também o destaque que essa reflexão é parte da pesquisa em andamento que venho desenvolvendo atualmente no Programa de Pós-graduação em Educação, na linha de História, da Universidade Federal da Paraíba. Por certo, na continuidade dos estudos, pode-se revelar outros sentidos e intenções no desdobramento da pesquisa, sem desconsiderar que as reflexões brevemente apresentadas aqui parecem ser capazes de definir e iluminar caminhos analíticos, sobretudo no que se refere a atuação do Museu do Patrimônio Vivo da Grande João Pessoa - MPVJP, um dos focos dessa reflexão.

O MPVJP é um museu comunitário que atua em alguns municípios da região metropolitana da capital da Paraíba, e que tem como principal objetivo engajar jovens dos bairros participantes para inventariar as referências culturais desses territórios. A criação do MPJP iniciou com um projeto piloto, no ano de 2012 por iniciativa do Coletivo Jaraguá<sup>1</sup>,

---

<sup>1</sup> O Coletivo Jaraguá é uma organização jurídica de direito privado e tem por objetivo promover a cultura, a educação e o desenvolvimento social, contribuindo para consolidação da cultura como importante vetor de

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

contemplando seis bairros apenas do município de João Pessoa, escolhidos a partir de um estudo de Topografia Social da Cidade: Roger, Rangel, Mandacaru, Comunidade Quilombola de Paratibe, Cruz das Armas e Vale do Gramame. Essa primeira fase piloto do museu contou com financiamento público do Fundo Municipal de Cultura de João Pessoa. Na etapa seguinte, em 2014, foi ampliado a abrangência de atuação, incorporando outros bairros de João Pessoa, inclusive a Penha, e também, outros municípios da chamada grande João Pessoa, passando a contar com o Fundo Estadual de incentivo à Cultura. A partir daí, agregou-se à João Pessoa os municípios de Lucena, Cabedelo e Santa Rita.

Para o levantamento dessas referências, a ação utilizou a metodologia do Inventário Nacional de Referências Culturais<sup>2</sup> e o processo de levantamento dos dados foi realizado por agentes culturais, jovens selecionados nos próprios bairros onde aconteceriam as pesquisas, “focando a valorização das referências culturais imateriais locais e os mestres representativos dessas referências” (TOLENTINO; FRANCH, 2017, p.115). Dessa forma, o museu articulou o contato dos jovens agentes culturais com as mais diversas manifestações culturais dos bairros participantes da ação, construindo uma relação a partir de novos olhares para atuação dos sujeitos, muitas vezes participando de um processo de ressignificação das pessoas com seus territórios.

O debate segue na construção das identidades sociais como uma relação complexa entre aquilo que se é e o outro, que nos pressiona para (re)definir aquilo que compreendemos de nós mesmos. Em um movimento oposto, as configurações identitárias passam por um processo de luta e resistência. Em outros termos, se o outro não me reconhece da forma como me percebo (em relação dialética com o mundo), cabe a mim instituir lutas legítimas para que minhas identidades sejam reconhecidas, o que Honneth vai denominar de "lutas por reconhecimento". Essa perspectiva se insere nos estudos interpretativos críticos, baseados especialmente na categoria hegeliana do reconhecimento.

---

desenvolvimento sustentável, segundo consta em seu Estatuto Social devidamente registrado no Cartório Toscano de Brito, do Município de João Pessoa.

<sup>2</sup> “O Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) é uma metodologia de pesquisa desenvolvida pelo Iphan para produzir conhecimento sobre os domínios da vida social aos quais são atribuídos sentidos e valores e que, portanto, constituem marcos e referências de identidade para determinado grupo social” (BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico Nacional. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/685/> . (Acesso em 29.10.2020).

# **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

Um outro autor importante para essa leitura é o canadense Charles Taylor (1994), que diz que o reconhecimento é uma relação de afirmação no mundo tendo como referência o outro. Há tanto o elemento individual (a formação das identidades de cada sujeito), como também coletivo, na medida em que grupos atuam na sociedade por diversos níveis de reconhecimento, tanto no campo social, passando pelo elemento jurídico-estatal e até mesmo de políticas públicas. Sendo assim, considerando essas especificidades, o objetivo aqui é relacionar a dimensão político-educacional da luta pelo reconhecimento, na sua dimensão histórico-social, em espaços tradicionais urbanos do município de João Pessoa, mediados aqui pelo MPVJP, em que elementos de preservação e fomento da cultura imaterial e suas práticas populares parecem funcionar como instrumento comunitário de força política e de mudança social

Utilizando então as lentes do Reconhecimento como parâmetro de leitura da atuação do MPVJP, nesse espaço de tensão social, a construção da identidade de um grupo, de uma comunidade, passa a ser um ato político, imerso nas tensões de sociedades não apenas economicamente injustas, mas simbolicamente desiguais. Dito isso, o tópico a seguir apresenta alguns desdobramentos dessa discussão.

## **UM MUSEU HISTÓRICO, POLÍTICO E EDUCATIVO**

Desde o início das atividades, em 2012, o Museu do Patrimônio Vivo da Grande João Pessoa manteve, enquanto eixo de atuação, ações que dessem visibilidade à bairros periféricos da região metropolitana da capital. Havia a preocupação em desmistificar certos estigmas relacionados à violência e a degradação das periferias e o ponto de partida se deu, justamente, na formação de agentes culturais comunitários dessas localidades para a construção dos inventários do patrimônio imaterial da cidade. Com financiamento do Fundo Municipal de Cultura e do Fundo Estadual de Incentivo à Cultura, o MPVJP levantou mais de 60 referências culturais, distribuídas nas quatro principais categorias de registro do patrimônio imaterial: Forma de Expressão; Ofício e Modo de fazer; Lugar e Edificação; e Celebração.

Os agentes culturais selecionados participaram de uma formação específica para esta atuação, que contou com a colaboração de instituições públicas, como a superintendência do

## **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN da Paraíba. Os agentes também receberam bolsas de pesquisa, no valor de R\$ 300, durante o período de seis meses. As etapas de formação desses agentes contaram com oficinas, dividida em dois módulos, de Educação Patrimonial, Língua Portuguesa, Direitos Culturais, Introdução à Pesquisa Etnográfica, Fotografia, Economia Viva e da Cultura, Elaboração de Projetos e Informática.

É a partir das grandes intersecções da história, da memória e da identidade, que o museu comunitário MPVJP e a didática do seu processo, reconhece, sobretudo, a figura de autoridade intelectual dos mestres da cultura imaterial. Também, nos permite perceber a atuação de lideranças locais, identificando-os aqui, segundo Gramsci (1982) como intelectuais orgânicos, em sua atuação sociocultural na cena pública, baseados em seu engajamento próximo ao que se define enquanto trajetória para o entendimento dos processos identitários e de reconhecimento a partir de referências culturais imateriais relacionadas ao seu cotidiano.

Nessa Perspectiva, a lente da História Cultural, também por seu caráter multidisciplinar, parece dialogar com um dos elementos fundamentais da atuação de um museu comunitário como o MPVJP. Isso porque há o destaque para a cultura imaterial como um processo comunicativo, atrelado, sobretudo, as formas como as pessoas atribuem sentido as suas práticas cotidianas, naquilo que Chartier (2002) chama atenção dos processos sociais que sem imbricam de forma orgânica entre a “objetividade das estruturas” e a “subjetividades das representações” (p.18). Esse cenário, quando aplicado a realidade do MPVJP, torna a discussão ainda mais interessante justamente porque esse Museu quebra com a estrutura tradicional dessas instituições e se apresenta como um museu sem muros, sem ‘a pedra e o cal’. Siqueira Neto & Jourdan resumem bem essa particularidade:

Os nossos muros e paredes [...] são a própria cidade [...]; o que seriam as salas são, para nós, as 15 localidades selecionadas; nosso acervo são as formas de expressão, celebrações, lugares e ofícios que são bens culturais de cada localidade; nossos curadores [...] são os próprios agentes culturais moradores das localidades; nossos educadores, os praticantes desses bens culturais; o site o catálogo e a exposição itinerante são as narrativas e imagens que comunicam e conectam esse rico acervo vivo e dinâmico que a Grande João Pessoa possui; o nosso dia e horário de funcionamento,

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

longe de uma escala administrativa, obedece ao calendário de cada referência cultural. (p.16)

Implica que, se estamos falando de um museu vivo, estamos nos remetendo imediatamente ao presente, portanto pensando sobre as relações de vivências materiais e simbólicas das pessoas e dos grupos, e como essas relações são integradas ao cotidiano como prática objetiva, que quase sempre se sustentam por estratégias inventivas refletidas na forma de atuar na vida social e política de um território.

Já com a introdução desses primeiros aspectos, direcionamos nosso olhar para as práticas do Museu do Patrimônio Vivo da Grande João Pessoa enquanto um museu comunitário, “configurado como uma proposta de educação, cultura e inclusão social, através de ações de mapeamento, de identificação, de registro e de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial” (LACERDA, SANTOS e NASCIMENTO, 2013, p.54), associado aos mestres da cultura imaterial<sup>3</sup> que atuam na socialização, preservação e vivência dos saberes e manifestações populares dos bairros periféricos do município de João Pessoa .

Dentre as suas particularidades, o museu não possui uma sede física e atua de forma virtual e itinerante<sup>4</sup>. Considerando os destaques de seu foco de atuação, o museu entende que sua proposta “ao envolver as pessoas pertencentes aos grupos e comunidades dá-se a oportunidade de a própria comunidade contar a sua história, dizer o que realmente tem importância e decodificar ao seu modo, os [...] saberes ali existentes” (LACERDA, SANTOS e NASCIMENTO, 2013, p.56). Essa orientação é o fio condutor da constituição de seu acervo, complementada, conforme aponta Jourdan (2015, p.15), pela viabilização do reconhecimento e do respeito dos saberes das comunidades e de uma relação educativa baseada no diálogo:

O Museu do Patrimônio Vivo da Grande João Pessoa se apresenta como um meio real de utilidade social, uma vez que promove a autonomia, o

---

<sup>3</sup> Entende-se por Mestres da Cultura Imaterial aquelas pessoas de referência no cenário das manifestações culturais intangíveis, sobretudo no universo das formas de expressão e modos de criar e fazer.

<sup>4</sup> Alguns anúncios das exposições na grande João Pessoa realizados no bairro do Roger (Casa do Pequeno davi) e em Cabedelo (campus do IFPB): <https://www.pequenodavi.org.br/v4/exposicao-itinerante-do-museu-do-patrimonio-vivo/> e <https://www.ifpb.edu.br/cabedelo/noticias/2016/06/campus-cabedelo-apresenta-exposicao-cultural-museu-patrimonio-vivo-1> (acesso em 13.11.2020).

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

protagonismo e a visibilidade de manifestações culturais e comunidades muitas vezes poucos reconhecidas e valorizadas (NETO & JOURDAN, 2015, p.14).

Essa observação imprime não só o pertencimento do MPVJP aos parâmetros sócio pedagógicos da Museologia Social. Traz, também, um elemento que nos aparenta ser de grande importância para o desdobramento desta reflexão, relacionado a dimensão do “reconhecimento”.

Aqui, parece ser oportuno pensar a dialética dos museus comunitários, sobretudo o MPVJP, pela dimensão da luta por reconhecimento em que a noção de território, particularmente dialogada com a percepção histórica socialmente construída, aparece na atuação dos museus comunitários enquanto relações sociais construídas na dialética da comunidade e das disputas características dos campos, definido por Bourdieu (2004) como “campo de forças” em que se constitui a “estrutura das relações objetivas entre os diferentes agentes”. Implica dizer que tal relação não se define de forma linear, isenta de contradições e espaços de tensão. A constituição dos espaços sociais e de seus territórios deve ser pensada a partir da complexa relação dialética de constituição dos sujeitos e de sua cultura, repleta de tensionamentos que, em última instância, se revela como construtores das identidades e histórias destes grupos sociais (TAYLOR, 1997).

Tomando como referência Honneth, o autor usa a perspectiva do Reconhecimento para dizer que uma leitura diagnóstica do tempo presente precisa ser vislumbrada de baixo para cima, do ponto de vista da experiência dos próprios sujeitos sociais. Por isso, então, o reconhecimento está necessariamente atrelado ao cotidiano das pessoas. Honneth vai então estruturar sua teoria crítica no processo social de construção intersubjetivo da identidade, tanto na esfera pessoal quanto na coletiva. E esse padrão crítico-normativo ele vai chamar de Luta por Reconhecimento. E essa questão está diretamente envolvida nas questões que dizem respeito à justiça social.

Honneth utiliza a categoria do reconhecimento como elemento estruturante para explicar as lutas sociais nas sociedades modernas. O próprio Honneth nos convida a observar que ao descrevermos os conflitos como eles aparecem na sociedade, na maioria dos casos, são induzidos pelo sentimento dos sujeitos de não estarem suficientemente incluído na

## **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

sociedade; de não ser suficientemente respeitado ou reconhecido pela sociedade. Portanto, o motivo por trás dos conflitos é a busca pelo reconhecimento ou pela inclusão na sociedade. Honneth também chama atenção que isso não quer dizer que os conflitos em si vão conduzir ao caminho certo, mas os conflitos são sempre indicações de que há negligência ou falha no processo de reconhecimento social de uma sociedade.

Contudo, quando uma pessoa tem uma experiência saudável de reconhecimento, ele adquire um entendimento positivo sobre si mesma, mas quando o contrário acontece, quando há um desrespeito em relação a essa categoria, há igualmente um padrão de patologia ou falso reconhecimento (TAYLOR, 1994).

Então, o que é a luta por reconhecimento? Ela é uma resposta da negativa dos padrões de Reconhecimento. Esses padrões de Reconhecimento tem um desenvolvimento lógico a partir do próprio desenvolvimento humano e destaca a ideia fundamental de que os indivíduos só podem se formar e constituir suas identidades pessoais quando são reconhecidos intersubjetivamente.

Esses Padrões de Reconhecimento, referenciados em Hegel por Honneth, são o amor, o direito e a solidariedade. E, para cada forma de desrespeito desse padrão de reconhecimento, há uma consequência equivalente que gera essa luta por reconhecimento. Neste sentido, podemos compreender que a relação entre os elementos do Museu do Patrimônio Vivo e a categoria do reconhecimento passa pela análise das três dimensões de apontadas por Honneth. Ratificando a tese de Paiva & Paulo (2018) que diz ser imprescindível a participação popular na definição dos bens culturais expressivos para uma comunidade e que esses são os responsáveis diretos por sua valoração, ou seja “ a proteção patrimonial de um bem ou expressão que não goza do afeto, do reconhecimento jurídico e da estima social dos sujeitos que vivem no seu entorno constitui-se em uma proteção vazia” (p.425).

Daí, podemos estabelecer a seguinte relação: primeiro, os elementos ligados ao respeito, à dimensão dos sujeitos que constroem suas identidades no plano pessoal. Em nossa análise, a própria constituição do museu impactou nessa primeira dimensão, na medida em que sugere uma abrangência maior (reconhecimento) da atuação de cada mestre da cultura imaterial como sujeito na construção de suas histórias, trajetórias e identidades.

## **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

A segunda dimensão tem a ver com a dinâmica social e política do reconhecimento. Como falamos, o inventário do museu dialoga com a construção das histórias políticas dos bairros e locais em que atuam os Mestres. Nestes termos, a compreensão das histórias dessas comunidades significa, também, o resgate de autoafirmação de práticas culturais e lutas políticas. A compreensão de cada especificidade requer o olhar atento do pesquisador, mas aponta para o caminho de compreensão dos processos coletivos e sociais de reconhecimento, consubstanciados em lutas e visibilidades políticas.

A última dimensão tem a ver, sobretudo, com o reconhecimento no campo institucional, o que inclui o direito, por exemplo. Como observamos, a análise desse campo não pode ser desassociada dos outros dois, mas, nesse caso, significa tensões que muitas vezes aparentam um avanço em menor intensidade do que nas questões de construção das identidades individuais e da luta política coletiva. Nesse caso, a análise do reconhecimento institucional dialoga com avanços e limites da própria esfera social que ocorre os embates, especialmente considerando os elementos políticos e institucionais da cidade, do Estado e do país. É possível, inclusive, apostar na tese de que certos ganhos institucionais que poderiam ter significado um reconhecimento, jurídico e político, das comunidades e da atuação dos Mestres, sofreram grandes retrocessos com o avanço do conservadorismo político, não só no plano federal, mas também na dimensão local.

Em síntese, a compreensão das relações entre o Museu Comunitário e a categoria do reconhecimento é um desafio à pesquisa, pela complexidade que envolve as dimensões ora apresentadas e a própria dinâmica de constituição das identidades, das lutas coletivas e das conquistas institucionais, em um contexto de avanços e retrocessos políticos, no campo local e/ou nacional. O Museu do Patrimônio Vivo da Grande João Pessoa capta essa vocação e se destaca por viabilizar uma forma diferente de escrever a história dos municípios, a partir das referências culturais de seus bairros, e como esse conhecimento pode influenciar politicamente e socialmente na vida das pessoas, detentoras dessas histórias, sobretudo na figura de seus mestres. A dimensão educacional passa a ser um elemento transversal desse processo, pois só faz sentido pensar na preservação do patrimônio imaterial se há processos e mecanismo de transmissão dessas práticas para as gerações futuras.

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

À guisa de conclusão, trata-se, portanto, de um processo dinâmico e complexo, compreendido a partir de uma multiplicidade de campos teóricos onde a memória e a identidade assumem não só um importante conjunto de elementos histórico-sociais, como agregam em seu escopo elementos de natureza cultural, política e educacional. Assim, trazendo a discussão para o que proponho enquanto objeto de minha investigação no curso de doutoramento, o Museu do Patrimônio Vivo da Grande João Pessoa carrega em sua proposta, em termos de visibilidade e projeção, elementos que refletem no fortalecimento de comunidades urbanas, consideradas marginalizadas por construções de falsos reconhecimentos.

Assim, as ações do MPVJP contribuem com os locais para a desconstrução de certos estigmas (falsos reconhecimentos), aliado a movimentos pedagógicos que colocam no centro do debate suas identidades sob os parâmetros de seus modos de fazer e celebrar, destacando seus mestres e trabalhando estratégias que possam refletir em garantias para manutenção de seus modos de vida.

## REFERÊNCIAS

BOURDIEU, P. Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: UNESP, 2004.

CHARTIER, Roger. A História Cultural: entre práticas e representações. Trad. De Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Editora Difusão, 1988.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo: 34, 2003.

JOURDAN, Laetitia Valadares. Um museu sem paredes para um patrimônio sem limites: o Museu do Patrimônio Vivo da Grande João Pessoa. In TOLENTINO, Átila B. [et. al]. **Educação patrimonial: diálogos entre escola, museu e cidade** (Caderno Temático nº 04). João Pessoa: Iphan, 2014, pp. 57-70.

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

LACERDA, Gabriela Limeira; SANTOS, Nara Limeira; NASCIMENTO, Nina. Nasceu o Museu do Patrimônio Vivo de João Pessoa. In: TOLENTINO, Átila (org) J. **Educação patrimonial**: diálogos entre escola, museu e cidade (Caderno Temático nº 03). João Pessoa: Iphan, 2013, pp. 53-65.

PAIVA, Carlos Magno; PAULO, Laura Dias Rodrigues. Participação popular e justiça social a partir do tombamento de bens culturais: uma leitura à luz da teoria do reconhecimento de Axel Honneth. RJLB. Ano 4 (2018), nº 4, 401-430

SIQUEIRA NETO, Moises; JOURDAN, Laetita. Perspectivas e práticas do Museu do Patrimônio Vivo de João Pessoa. Cadernos de Sociologia, v. 49. Universidade Lusofona de Portugal, pp. 7-28.

TAYLOR, Charles. A política do reconhecimento. In: \_\_\_\_\_, **Multiculturalismo**: examinando a Política de Reconhecimento. Lisboa: Instituto Piaget, 1994, pp. 45-94.

TOLENTINO, Átila Bezerra; FRANCH, Mónica. **Espaços que suscitam sonhos**: narrativas de memória e identidades no Museu Comunitário Vivo Olho do Tempo. João Pessoa: Editora UFPB, 2017.